

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE
SÃO PAULO**

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

GIZELDA MARIA DA SILVA

**GESTÃO PARTICIPATIVA, CONTROLE SOCIAL E CONSELHO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS - AL:
ENTRAVES E POSSIBILIDADES PARA UM BOM DESEMPENHO.**

PIRANHAS – AL

2014

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE
SÃO PAULO**

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

GIZELDA MARIA DA SILVA

**GESTÃO PARTICIPATIVA, CONTROLE SOCIAL E CONSELHO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS –AL
:ENTRAVES E POSSIBILIDADES PARA UM BOM DESEMPENHO.**

Trabalho de conclusão de curso da FUNDAÇÃO ESCOLA DE
SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO;
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO para obtenção do título de
especialista em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador (a): Milena Senne Ranzine

PIRANHAS – AL

2014

Autor (a): Gizelda Maria da Silva

Gestão Participativa, controle social e conselho municipal de educação do município de Piranhas-AL:

Entraves e possibilidades para um bom desempenho

Conceito:

Banca examinadora

Professor (a):

Assinatura

Professor (a)

Assinatura

Professor (a)

Assinatura

Data da aprovação: __/__/__

Dedico àqueles que são a razão e o impulso das minhas decisões e ações na vida, meu Companheiro JOSÉ DOS SANTOS , que pacientemente partilha de todos os momentos da minha vida;

Aos meus Filhos que incentivam e reclamam carinhosamente das minhas ausências o que muito me sensibiliza pelo carinho como era feito as cobranças (AILTON, ALEX (Lecil) EMILIANA, ADIVAN, LORENA E JONATHAN);

Aos amigos que me incentivaram sempre em qualquer coisa que eu decida fazer, meu muito obrigado;

Ao meu AMIGO e companheiro partidário e família que acompanharam as discussões, sugestões, formatação e incentivo para conclusão do curso: WILSON TRAJANO, carinhosamente, (WILSINHO);

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a DEUS primeiramente, porque o Dom da Vida lhe pertence;

Agradeço ao Partido dos Trabalhadores por oportunizar aos seus filiados e filiadas visões mais amplas da Política em toda a sua dimensão e conseqüentemente a conscientização para um maior comprometimento com aqueles que sonham e atuam para dirimir ou extinguir as desigualdades sociais em busca de um BRASIL justo, solidário.

Agradeço a todos que faz a FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO E A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO por ter encampado esse desafio;

Agradeço aos professores por seus ensinamentos que muito contribuíram e contribui para minha formação profissional, política e pessoal: Prof. Dr: Eduardo Tadeu; Fernando Burgos, Cecilia, Elza Emi Itani, Moisés Marques, José Antônio da Costa Fernandes, e a orientadora Rose Segurada.

Agradeço aos tutores pelo acompanhamento e presteza com as informações que muito nos esclareceu: Rafael Balseiro Zin, Fábio Pereira de andradé, Luis Fernando Vitagliano, Eduardo José Grin.

Agradeço especialmente a minha tutora Millena de Sene Ranzini pela compreensão, disponibilidade e incentivo.

Agradeço a Câmara de Vereadores de PIRANHAS, Gestão 2014, por ter disponibilizado a documentação necessária à elaboração desse trabalho;

Agradeço a Presidente do Conselho Municipal de Educação de Piranhas, Patrícia Barbosa Freire por gentilmente fornecer informações, relatórios sobre a atuação do Conselho e responder a pesquisa que embasou o TCC e demais conselheiros que responderam a entrevista;

Agradeço ao jovem Lucas Vinicius pela digitação e envio dos trabalhos quando eu me enrolava com os dispositivos da Net.

“A inteligência floresce apenas através do diálogo e da troca de maneira que uma administração inteligente é aquela baseada na gestão das relações dos contatos, das intenções ou, se preferir aquela que é capaz de resolver os problemas multidimensionais com respostas também multidimensionais” (Brugué ET AL, 2011, p.4).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é incentivar a participação popular em busca de uma gestão participativa, apoiar controle social por meio do Conselho municipal de Educação de Piranhas-AL. Foi utilizada a pesquisa qualitativa com base em questionários com os membros do CME. Os principais resultados apontam que houve um desestímulo para participar do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRANHAS-AL.

Palavras-Chave: participação popular; controle social; Conselho municipal de Educação de Piranhas-AL.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es fomentar la participación popular en La búsqueda de una gestión participativa, apoyar el control social a través Del Consejo Municipal de Educación Al-Pirañas. Se utilizó la investigación cualitativa basada en cuestionarios con los miembros de la CME. Los principales resultados muestran que hubo un desincentivo para unirse AYUNTAMIENTO DE EDUCACIÓN-AL PIRANHAS.

Palabras clave: la participación popular; control social; Patronato Municipal de Educación Al-Piranhas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	JUSTIFICATIVA	12
3	MARCO CONCEITUAL	14
	CAPÍTULO 1	16
	CAPÍTULO 2	19
	CAPÍTULO 3.....	21
4	METODOLOGIA.....	24
4.1	TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	24
4.2.	INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	24
4.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS.....	24
5	DISCUSSÃO E RESULTADO.....	25
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	ANEXOS	31
8	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	35

1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, trouxe novas configurações republicanas e democráticas na construção do Estado Brasileiro.

A participação social foi institucionalizada, através da implantação dos Conselhos Gestores, espaços onde estados e sociedade civil compartilha o poder de decidir, instituindo uma nova cultura política. No entanto a efetividade destes conselhos tem sido condicionada por inúmeros fatores, desde a capacidade de formulação e negociação de propostas, até o grau de autonomia dos atores que o constituem. O que se evidencia desconcentradas são as responsabilidades e não democratizado o poder.

Entendemos que a participação social faz parte de um processo em construção essencial à prática da gestão democrática participativa em que o controle social representa elemento indispensável para o exercício pleno da cidadania e como consequência deve esta inserida nos conselhos gestores de políticas públicas.

Objetivo Geral

Incentivar a gestão participativa por meio do Conselho Municipal de Educação de Piranhas – AL, como forma democrática para melhoria da educação pública do Município de Piranhas.

Objetivos específicos

- Identificar junto aos conselheiros as barreiras que impedem a atuação satisfatória do Conselho.
- Propor ações para sanar ou minimizar os entraves, aumentando a eficácia da atuação do conselho .
- Incentivar a participação popular perante a gestão pública municipal.

Procurando contribuir para uma maior eficácia dos conselhos municipais de Piranhas/AL, buscamos junto à câmara de vereadores de Piranhas as leis de criação dos conselhos existentes no município e através da Secretaria de administração os conselhos efetivamente constituídos e entidades participantes com o objetivo de pesquisar sobre gestão participativa, controle social e conselho municipal de educação de Piranhas.

A problemática desse trabalho foi a identificação de entraves que impedem a eficácia do Conselho Municipal de Educação de Piranhas –AL, tendo como referência a gestão participativa e o controle social.

O presente trabalho é composto de quatro (4) capítulos onde tratamos de:

- 1- Da Participação Popular, Do Controle Social;
- 2- Do Conselho Municipal de Educação de Piranhas- AL;
- 3- Da Intersetorialidade
- 4- Da Pesquisa e Análise do Questionário aplicado ao Conselho para o Projeto de Intervenção.

2 JUSTIFICATIVA

Com base na Constituição Brasileira, conhecida como Constituição Cidadã, que trata no Art.5º Das Garantias e Direitos Fundamentais, que está elencada a maioria dos mecanismos de Controle Social a partir de ação individual e coletiva; A Constituição também abriu oportunidade da participação popular através de: Debates, Audiências e Consultas Públicas. O Controle Social poderá ser exercido pelos Conselhos de Políticas Públicas ou diretamente pelos cidadãos individualmente ou de forma organizada.

Os Conselhos como instrumentos de participação nas políticas públicas são órgãos de deliberação coletiva, criados por Lei municipal, estadual ou federal, no qual participam as organizações governamentais juntamente com a sociedade civil organizada. Portanto é premente que os gestores públicos e a sociedade estabeleçam parcerias para o bom desempenho da cidadania e da transparência no combate a corrupção, que envolva os municípios, buscando a corresponsabilidade e elevação da consciência cidadã na escolha das demandas sociais e aos interesses dos excluídos, através do funcionamento legal dos Conselhos Municipais. A participação popular cidadã na execução das políticas públicas dos governos é fundamental para que o Estado e Município possa legitimá-las.

A constituição dos conselhos onde encontramos os mesmos membros em várias representações, a pouca atuação, a falta de formação dos conselheiros, a duração, estagnação, gera consequências danosas a toda sociedade: corrupção por falta de monitoramento das ações dos gestores em todos os níveis, planejar políticas bem reais que atendam realmente a comunidade, o debate com a sociedade dinamizando a consciência pública, fortalecendo e construindo o exercício da cidadania, onde todos são sujeitos de direitos de poder políticos, capazes de falar e de se fazer ouvir, que os interesses individuais sejam menores de que os coletivos na construção de um município mais justo, solidário.

A importância do conselho municipal de educação do município de Piranhas. Entendemos que a participação social faz parte de um processo em construção essencial à prática da gestão democrática participativa em que o controle social representa elemento indispensável para o exercício pleno da cidadania e como consequência deve esta inseridos nos conselhos gestores de políticas públicas. Por conhecer o funcionamento do CME, como professora da rede municipal, por observar a falta de participação e dialogo entre conselhos e a comunidade escolar, vale destacar os conselhos escolares compostos por diversos segmentos da comunidade escolar, constituídos em todas as unidades de ensino do município. Diante da apatia dos gestores e da sociedade civil que compõe o conselho municipal, resolvemos

trabalhar esse tema de gestão participativa, controle social e conselho municipal de educação sob a luz dos textos do Profº Dr. Eduardo Tadeu e Fernando Burgos; vislumbramos possibilidades de incentivar a participação da comunidade inserida nesse contexto em busca da eficácia. Apontando demandas, exercendo o controle social no uso dos recursos oriundos das diversas fontes em destaque o FUNDEB, fiscalizar o transporte escolar e a merenda escolar em parceria com os conselhos específicos e buscar alternativas para construção coletiva de políticas públicas educacionais, que possam sanar os entraves que impedem uma melhoria da educação não só na aprendizagem mais principalmente na responsabilidade de se tornar cidadão/cidadã comprometidos com o país, o estado e o município onde mora, quem ganha é o gestor e a sociedade, fiscalizar é um ato de respeito ao patrimônio material e imaterial, quando não atentamos para os malefícios que se pode acarretar com a falta de interesse dos munícipes no acompanhamento dos recursos e na aplicação destes, quem perde somos todos nós cidadãos/cidadãs inoperantes.

3. MARCO CONCEITUAL

“Os Conselhos Sociais nascem com o respaldo da Constituição Federal vigente e dela extraem a seu poder (Art.204, inciso II CF)”.

O s Constituintes optou por um modelo de democracia representativa que tem como sujeito, além dos partidos políticos, as entidades de participação direta do cidadão no processo decisório governamental (Art.1º, Parágrafo Único, CF).

“Portanto, as deliberações em processo de participação representativa pela via dos Conselhos têm a mesma valoração daquelas propostas pela via da representação do voto popular.”

Pesquisando outros municípios encontrei trabalhos que apontam na mesma direção que pretendo investigar nesse trabalho, sobre o funcionamento, atuação e fragilidade dos Conselhos Municipal de Piranhas, a CGU, a Receita Federal entre outros, tem pesquisas sobre Conselhos Municipais e que apontam problemas idênticos aos ora hoje constatado pela observação em Piranhas/AL. A receita tem uma cartilha sobre o controle fiscal visando esclarecer a importância do controle social e dos conselhos sociais na busca do monitoramento dos recursos públicos , a sua aplicação e uma serie de Leis que o governo federal instituiu visando o combate a corrupção e o controle nos investimentos,orçamentos, a importância do planejamento e aperfeiçoamento democrático através da participação popular;Então o Direito a Cidade passa pelo PPA, pelo Plano Diretor, pela participação social na discussão, deliberação, execução e monitoramento das ações a serem efetuadas no município.Encontrei ainda um vídeo da professora Vera Cepeda ministrando um curso sobre Conselhos municipais, muito rico , interessante e que vislumbrei caminhos a serem percorridos na construção da cidadania

Gestão participativa popular e do Controle social a participação e o controle social representam elementos indispensáveis para o exercício da gestão democrática participativa e conseqüentemente devem estar inseridos nos conselhos e gestões de políticas públicas.O conselho municipal de Educação de Piranhas/AL,CME é constituído pela rede da Educação Municipal de Piranhas/AL; Composta de 16 unidades escolares e que compõe a Educação Infantil; O ensino Fundamental;O ensino médio é de competência do estado,com duas unidades União (IFAL) Instituto Federal de Educação de Alagoas campos de Piranhas e o Ensino particular com a Educação infantil, o Ensino Fundamental e médio também 2 unidades.O CME e as bases legais que lhes assegura são:

-Constituição Federal de 1988 (art. 211)

-Constituição Estadual (art. 29. XI)

-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, art.11 a 18;

-Lei Orgânica do município (art. 87, XII).

“O termo” “Intersetorialidade” se insere em um grau de complexidade para a sua definição e compreensão. “Existe autores que tratam a “Intersetorialidade” como algo possível de ser visto dentro do próprio governo, entendendo como” setores “ a saúde,educação,etc. A que se refere a “ Intersetorialidade” são o setor privado, setor publico e terceiro setor;” é preciso reconhecer a insuficiência de cada setor, isolado, para promover o acesso à Proteção social de seus cidadãos e, a partir daí, operacionalizar ações em rede que objetivem a promoção da intersetorialidade. Nossa intenção é incentivar a gestão democrática por meio dos Conselhos Municipais de Educação como forma de democracia para a melhoria das Escolas Públicas Municipais de Piranhas - AL e da Educação como um todo , reconhecendo que os outros Conselhos e seguimentos são essenciais para um trabalho mais consistente e de uma ampla dimensão.

“A constituição de redes é considerada uma forma reorganizadora e potencializadora do Trabalho e é bastante discutida para a promoção da intersetorialidade e de ações compartilhadas entre diferentes áreas para a eficácia da proposta com a população à qual se dedica uma intervenção”

Um governo democrático e participativo implica numa participação direta da sociedade nos rumos das políticas públicas. Significa que o governo deve se abrir às contribuições da sociedade, seja de organizações da sociedade civil, corporações, sindicatos, coletivos ou movimentos sociais, A participação social é uma das mais significativas formas de cidadania.

Capítulo 1- Da Participação Popular e do Controle Social

Participação pode ser compreendida como um processo no quais homens e mulheres se descobre como sujeitos políticos, exercendo os direitos políticos, ou seja, uma prática que está diretamente relacionada à consciência dos cidadãos e cidadãs, ao exercício de cidadania, às possibilidades de contribuir com processos de mudanças e conquistas. O resultado do usufruto do direito à participação deve, portanto, estar relacionado ao poder conquistado, à consciência adquirida, ao lugar onde se exerce e ao poder atribuído a esta participação.” A participação social representa um processo de conquista, que está pautada em canais de diálogo, interação e organização, como, por exemplo, a organização sindical partidária, o planejamento participativo, a educação como formação à cidadania, a cultura como processo de identificação comunitária e o processo de conquista de direitos, quaisquer que sejam (DEMO, 1999). A Carta Magna Brasileira de 1988 foi o marco no processo de redemocratização do país para criação de vários instrumentos que possibilitassem o avanço da democracia participativa, e, dentre tantos, pode-se citar a institucionalização dos Conselhos Municipais, os quais representam um elo muito importante entre a sociedade civil e o Estado, no sentido de descentralização e democratização, haja vista a necessidade de interação entre o poder executivo e a população; inclusive, é preciso que ações e decisões de governo sejam tomadas em âmbito local com a participação do povo para que haja, de fato, a legitimação do processo democrático. Desse modo, o Conselho representa o povo de forma organizada e tem como objetivo geral o pleno exercício da gestão democrática na participação da gestão pública municipal, a fim de que as necessidades coletivas sejam contempladas da melhor forma possível nas decisões de governo.

Desse modo, percebe-se que o controle social é um instrumento de grande relevância em que os atores sociais participam do processo de decisão, implementação e monitoramento das políticas públicas e possibilitam inovações nas práticas de gestão democrática.” A atual Constituição Brasileira assegura juridicamente a participação e o controle social como mecanismos de democratização dos direitos civis e políticos e nesse sentido, o termo Controle Social está intrinsecamente articulado a democracia representativa, que assegura mecanismos de participação da população na formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas. Conferências e conselhos, por exemplo são formas de participação social e mecanismos conquistados para exercer o Controle Social. A CF/88 propôs diversas ferramentas de participação popular na gestão pública, indicando que o processo de inovação da administração pública requer a participação de todos, deixando de ser frutos da

participação governamental, para se tornar fruto do consenso entre poder público e sociedade.” Entre as principais formas de participação popular, vamos destacar as mais antigas e tradicionais no PT, como o Orçamento Participativo e os Conselhos, e as que vêm sendo construídas no momento, como o PPA Participativo e as Conferências.” A realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001, reforça o município como referência para a Participação Popular em nível mundial e sua experiência de Orçamento Participativo é uma referência inicial para o debate. Boa Ventura de Sousa Santos define o Orçamento Participativo como sendo:

... uma estrutura e um processo de participação comunitária baseado em três grandes princípios e em um conjunto de instituições que funcionam como mecanismos ou canais de participação popular sustentada no processo de tomada de decisões do governo municipal. Os três princípios são os seguintes:

- a) todos os cidadãos têm o direito de participar, sendo que as organizações comunitárias não detêm, a este respeito, pelo menos formalmente, status ou prerrogativas especiais;
 - b) a participação é dirigida por uma combinação de regras de democracia direta e de democracia representativa, e realiza-se através de instituições de funcionamento regular cujo regimento interno é determinado pelos participantes;
 - c) os recursos de investimento são distribuídos de acordo com um método objetivo baseado em uma combinação de “critérios gerais” – critérios substantivos estabelecidos pelas instituições participativas com vistas a definir prioridades – e de “critérios técnicos” – critérios de viabilidade técnica ou econômica, definidos pelo Executivo, e normas jurídicas federais, estaduais ou da própria cidade, cuja implementação cabe ao Executivo (2005, p. 467)
- “Só existe cidadania se houver apropriação pelos cidadãos e cidadãs dos espaços que lhes digam respeito, sua cidade, seu bairro, sua escola, e também o direito de conhecimento pela população, permitindo assim reivindicar. Não podemos pensar cidadania apenas e somente nos direitos a receber, e sim em formas com que os cidadãos e cidadãs sejam agentes na conquista destes direitos. A cidadania não é dada, é conquistada. O conceito de direito necessita de construção coletiva pelos cidadãos e cidadãs, não se restringindo apenas às necessidades básicas. Cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Portanto, a cidadania pode e deve ser apropriada pela população, pelo trabalhador e pela trabalhadora, esta é uma luta contínua e efetiva para fazer valer os direitos sociais, civis e políticos. ““ A construção de gestões participativas é um dos eixos de um modo petista de governar”,”
- Adaptar e construir, em cada caso, as formas e mecanismos de participação, seja em nível de

município, grande ou pequeno; seja em nível estadual e mesmo federal, são os nossos desafios.”

Capítulo 2-Do Conselho Municipal de Educação de Piranhas-AL

Conselho Municipal de Educação de Piranhas

Criado a parti da lei nº 31 de 13 de maio de 2010

O conselho municipal de educação de piranhas é um órgão colegiado vinculado á secretaria de educação que tem por finalidade orientar, coordenar e assessorar a política de educação no município.

Tem ainda como objetivo geral assegurar aos grupos representativos das comunidades, o direito de participarem da definição das diretrizes da educação municipal concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

O mandato dos atuais conselheiros inicia a parti da sua posse aos 1ª dias do mês de julho de 2012 na reunião subsequente ficou definido pelo plenário que as reuniões ordinárias aconteceriam mensalmente e seriam realizada na sede do conselho localizada a Avenida Santana do Ipanema nº 30.

No decorrer das reuniões houve ampla discussão e reflexão sobre a legislação que norteia a educação (constituição federal, Loben, estatuto da criança e do adolescente, parâmetros, pareceres e diretrizes da educação infantil e do ensino fundamental), já que é preciso ter conhecimento claro e efetivo da legislação para se compreender melhor as dificuldades apresentadas educacionalmente e buscar soluções para supera-las.

Houve também discussão e análise dos resultados da Provinha Brasil, SANEAL 2011 e IDEB 2011, bem como da adesão do programa nacional pela alfabetização na idade certa- PNAIC, uma vez que o conselho seria responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento do programa no município.

Diante desse processo, os conselheiros notaram a importância do trabalho coletivo e da atuação do CNE perante a sociedade para melhorar a qualidade da educação no município. Sendo assim, elaborou um cronograma de visitas nas instituições de ensino e começou a elaborar um projeto de mobilização para divulgação das atividades do CNE e para ampliação da participação popular através de seminários, oficinas e fóruns solicitou a secretaria municipal de educação apoio as visitas a serem realizadas as escolas e momentos de estudos com os representantes da mesma.

O entrave é que esse apoio não aconteceu. Com as eleições municipais houve mudança de gestor e o trabalho do conselho ficou comprometido não houve mais sede disponível, mesmo mantendo-se contato com o secretário de educação mais de uma vez. De início reuniões foram realizadas em locais cedidos por outras instituições; mas foi percebido que ficava inviável o desenvolvimento de um trabalho sem parceria, sem apoio devido a questões políticas, uma vez que o conselho está vinculado à secretaria.

Dessa forma, as atividades do conselho estacionaram.

Vale ressaltar que o CNE de Piranhas exerce funções consultivas, mobiliza Dora, deliberativa e fiscalizadora, orientando-se pelo seu regimento interno, já que a função normativa fica comprometida pelo fato do município manter sua sede de escolas integrada à sede estadual de ensino, e assim ter suas normas educacionais complementadas definidos em âmbito estadual, o que caracteriza uma relação de hierarquia e subordinação do município ao estado e, muitas vezes gera problemas tanto para o desenvolvimento institucional do órgão gestor como para a própria educação.

Além disso, o processo de comunicação entre o conselho estadual e o município é um tanto problemático nesta relação, pois o município não possui uma infraestrutura que favoreça essa comunicação com eficiência e eficácia na troca de informações com eficiência e eficácia na troca de informações entre os conselhos. E ainda a abrangência do estado e a localização geográfica do município dificulta o contato direto entre os conselheiros e os gestores, e impossibilita um trabalho conjunto e dá margem a ações descontextualizadas que fogem da realidade e a sociedade local.

Sendo assim, faz-se cada vez mais necessário fortalecer a atuação do CNE no município devido a sua importância para a melhoria da qualidade da educação. Como também é necessário consolidar a autonomia do município, no âmbito da educação escolar, a partir da institucionalização do sistema de ensino.

Capítulo 3- Da Intersetorialidade

A sociedade contemporânea vivencia, ainda neste início de século, em face da chegada de uma nova ordem econômica marcada pela revolução tecnológica e científica, uma série de profundas transformações em que a acelerada globalização econômico-cultural e a flexibilização do trabalho gradativamente substituem os paradigmas fordista e taylorista. Como resposta do capitalismo à grave crise estrutural pela qual vinha passando, o mundo contemporâneo assistiu à queda do socialismo real, à diminuição do Estado e ao desmonte de uma série de direitos trabalhistas, provocando o avanço do desemprego estrutural e da precariedade nas condições de trabalho. A intersetorialidade, como novo paradigma de gestão para políticas públicas, nasce precisamente do esgotamento do modelo setorial em dar conta dessa diversidade de expressões da questão social, sobretudo no âmbito municipal, onde se configura um quadro de complexas necessidades a serem enfrentadas pelos mais diversos setores: saúde, educação, assistência etc.”

Os Conselhos Gestores tem papel fundamental na consolidação do princípio da participação social na gestão pública, a partir da Constituição Federal do Brasil /88, no entanto, sua atuação reproduz muitas vezes práticas conservadoras de gestão, reforçando em especial a fragmentação das políticas públicas. ”Decisões políticas Pro-intersetorialidade” são urgentes de serem assumidas na qualificação da gestão da coisa pública. A articulação intersetorial, ao exigir o compartilhamento de informações e de relações de poder na direção de estruturar novos caminhos conceituais e de práticas, ainda se constitui num desafio para os gestores e conselhos. ”Dentre os espaços de participação social há aqueles que buscam ampliar o debate no interior da sociedade civil, sobre temas, interesses até então excluídos de uma agenda pública” e outros “que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal (Dagnino:2000,p.10)Os principais desafios para implantação de uma administração pública mais moderna, onde os problemas multidimensionais possam ser tratados adequadamente, passa pela alteração da cultura organizacional dos setores da administração pública para uma atuação integrada, articulada e do aumento da participação da sociedade civil nos processos da decisão, elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Realizar um diagnóstico dos entraves que bloqueiam a ação dos Conselhos Gestores e debater com todos os envolvidos, estabelecendo metas específicas para cada conselho ou setor pode ser um momento de aprendizagem e entendimento da necessidade da participação popular, na

formulação e implementação das políticas. É essencial o diálogo com outros Conselhos, seguimentos, setores, departamentos, secretárias, levantando objetivos gerais do ente em questão além dos específicos da cada área: realizar a intersectorialidade, é fazer com que os objetivos gerais e específicos sejam identificados e operacionalizados de forma conjunta e não dispersa, compartimentalizada. Intersectorialidade é uma forma de compartilhar ações para um determinado fim, dentro da gestão participativa entendendo que as ações da secretárias não podem ser tratadas de forma isoladas, portanto a participação social por meio dos Conselhos no acompanhamento de políticas públicas torna-se indispensável. A Intersectorialidade é uma lógica de gestão que transcende um único setor da política social e estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados – ela rompe com a fragmentação da política da social ao proporcionar mudanças de fundo: conceitos, valores, culturas e institucionalidades, ações, formas de prestações de serviços, além de um novo tipo de relação entre Estado e Cidadão. “ Intersectorialidade qualifica a gestão política sobre problemáticas sociais e os Conselhos Gestores se constituem espaços públicos como referências viabilizadoras de processos participativos e intersectoriais.” Uma construção intersectorial não se efetiva ainda como uma "fórmula mágica", mas exige romper com uma série de valores conservadores predominantes nas Instituições. Envolve cooperação e não se deve esperar grandes resultados em curto prazo. são desafios: romper a cultura da não-participação, ultrapassar setores, criar novos engendramentos para a participação popular. Não são desafios de um único setor ou categoria, mas são, certamente, de um tempo que aponta para a busca de novas estratégias de enfrentamento da questão social, para a necessidade de se rever os caminhos na busca pela construção da igualdade social.” uma prática intersectorial, fica claro que esta está longe de ser uma tarefa ou um processo simples, sobretudo por exigir o rompimento com uma cultura de não-participação, o que aponta para a necessidade de capacitar lideranças, fortalecer os fóruns e a população em geral, onde ganha destaque a importância da construção de espaços como seminários, conferências etc., cujo relevante papel Costa (2005. p.167) aponta desde o momento posterior à Constituição de 1988. Raichelis ressalta que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas têm papel de destaque na "contribuição para promover o debate intersectorial entre governo e sociedade civil e entre organizações que prestam serviços similares" (2006, p.112). Trata-se da tarefa nada simples a de construir agendas comuns, ultrapassando as temáticas específicas de cada conselho, reunindo e fortalecendo os diversos atores, representantes da sociedade civil, em torno do objetivo de superação da fragmentação e segmentação das políticas públicas,

buscando alcançar uma maior totalidade nas ações que delas derivam.” A “intersetorialidade” pode ser entendida como uma forma de olhar o problema com que se tem que lidar, por diversos atores, como que na formação de uma rede de atenção para ele (GRAU, 2005; SANDIM, 2012). Desse ponto de vista, são inúmeras as experiências que podem ser identificadas como intersetoriais e elas fazem parte do cotidiano da implementação de políticas públicas. A “intersetorialidade” quando discutida em diferentes textos, constantemente surge como a ideia de integração entre diferentes atores porém, não há consenso e nem uma delimitação clara de quem são esses atores. O que é possível observar é que, em geral, a ideia de “intersetorialidade” é uma forma de caracterizar experiências que contem com o setor público, setor privado, terceiro setor e sociedade civil organizada. Afinal, como lembram Brugué et AL (2011): “a inteligência floresce apenas através do diálogo e da troca; de maneira que uma administração inteligente é aquela baseada na gestão das relações, dos contatos, das interações ou, se preferir, aquela que é capaz de resolver os problemas multidimensionais com respostas também multidimensionais” (Brugué et al, 2011, p. 4).”

4. METODOLOGIA

4.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa descritiva. A técnica para coleta de dados foi à aplicação de questionário, que segundo Thums (2003, pág. 147 - 148), deve ser bem elaborado, ter objetivo definido, e sem identificação pessoal para que resultado não sofra alterações. A pesquisa descritiva é um processo sistemático para construção do conhecimento humano, gerando novos conhecimentos.

4.2. INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário misto (questões abertas/ fechadas), aplicado aos 12 membros efetivos do CME. No qual o participante teve espaço destinado para expressar quaisquer manifestações de seu interesse a respeito do conteúdo abordado, nas questões fechadas o resultado da pesquisa evidencia a necessária e imediata revisão da postura do CME junto à comunidade escolar o que requer esforços de todos os segmentos que ocupam assento no referido conselho. Além de buscar desenvolver, corroborar, produzir, refutar atualizar algum conhecimento pré-existente.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

Foram aplicados questionários impressos por contato direto, isto é, entregaremos pessoalmente o questionário na mão de cada Conselheiro, por achar necessário explicar e discutir os objetivos da pesquisa e do questionário. Os mesmos foram recolhidos no prazo combinado com todos os membros do CME. Os dados foram analisados por meio de tabelas.

5. Discussão e resultado

5.1 Perfil do conselho Municipal de Educação de Piranhas – AL

O Conselho Municipal de Educação de Piranhas- AL é composto de 12 membros efetivos dos quais dois são homens e 10 mulheres. Apenas 10 conselheiros responderam ao questionário ,identificando que a maioria são do sexo feminino ,casadas e com formação superior, apenas 2 pessoas estão desempregados (uma mulher e um homem).

Tabela 01- Perfil do conselho Municipal de Educação de
Piranhas – AL

Perfil dos conselheiros	Quantidade	%
Sexo	Masculino	8,30%
	1	75,00%
	Feminino	
	9	
Estado Civil	Casado	
	10	83,00%
Escolaridade	Fund.Incomp.	8,30%
	1	8,30%
	Médio	66,60%
	1	
	Superior	
	8	
Ocupação	Empregado	66,6
	8	0%
	Desempregado	16,60%
	2	

Fonte: Próprio autor

5.2 Atuações dos conselheiros

De acordo com as respostas da pesquisa 83,30 % já participaram em outras gestões, e outro fato importante é que todos os componentes deste conselho são oriundos da gestão passada com vigência até julho 2014. Chama atenção o fato de não haver substituição dos representantes do executivo municipal. Verificou-se também que 33,30% dos conselheiros participam de outros conselhos e ainda constou que apenas um membro, ou seja, 8,30% dão retorno de suas ações. Segundo os entrevistados as formações aconteciam a cada trimestre na gestão passada, na atual gestão ainda não houve nenhum curso de formação e quanto à remuneração apenas 16,60 % defendem a necessidade de remuneração para uma melhor atuação e comprometimento.

Tabela 02- Atuação dos conselheiros

Atuação dos conselheiros				Quantida	%
				de	
Participação	em	outras	gestões	10	83,3
					0
Participação em mais de um conselho				4	33,3
					0
Retorno das ações realizadas aos segmentos representados				1	8,30
				8	66,6
Cursos de formação					0
É aconselhável remuneração para os Conselhos Municipais				2	16,6
					0

Fonte: Próprio autor

5.3 O gestor e conselho

Questionados sobre o apoio do gestor referente condições materiais para o funcionamento do conselho municipal de educação de Piranhas, todos responderam que não tem nenhum apoio, referindo as condições financeiras para custeio de transporte, aluguel da sede, material de expediente entre outros. Impossibilitando a atuação do mesmo. Os entrevistados foram unânimes em responder que a mudança atrapalha na continuidade das atividades do conselho pela falta da participação dos gestores (PREFEITO e SECRETARIO DE EDUCAÇÃO).

Tabela 03- O gestor e o conselho

O gestor e o conselho	Quantidade	%
O gestor oferece condições de funcionamento ao conselho.	0	0
Há Interferência na atuação do conselho por mudança de gestão municipal (prefeito).	10	83,30

Fonte: Próprio autor.

5.4 Intersetorialidade do conselho

Os conselheiros ainda não trabalham em parceria com outros conselhos a exemplo do FUNDEB, da merenda escolar, conselho da criança e do adolescente, da saúde, da assistência social, visando ações conjuntas para a fiscalização, implementação de políticas públicas que perpassam por todos os conselhos numa ação multidimensional. Um fato muito importante é que conselheiros afirmaram que não existe mais comunicação entre eles, eles e o gestor e com a comunidade. O conselho está inoperante. Segundo Matos (2009) a comunicação interna entre os participantes de qualquer organização é necessária para o bom desenvolvimento das atividades e para a integração dos conselheiros.

...a importância da comunicação interna deve ser destacada como fator estratégico para a busca constante de melhoria de qualidade de vida no trabalho. Já está comprovado, por pesquisas científicas e experiências, que comunicação é a força que dinamiza a vida das pessoas nas mais diversas situações. (Matos, 2009, p. 95)

Tabela 03- Intersetorialidade do conselho

Intersetorialidade do conselho	Quantidade	%
Parceria entre conselhos – multidimensionalidade	0	0
Meios de comunicação para informar a sociedade.	0	0

Fonte: Próprio autor

5.5 Sugestões dos conselheiros para melhorar o desempenho do CME

Sugestões:

Cursos de formação; incentivo a participação da comunidade; informação a comunidade das ações, promover reuniões fóruns; conferencias e melhorar a divulgação.

5.6 Barreiras encontradas para uma boa efetividade dos conselhos.

- (a) Falta de comunicação interna externa;
- (b) Falta de um Plano de trabalho;
- (c) Falta de participação popular;
- (d) Não compromisso do gestor com uma gestão participativa e democrática.
- (d) O não entendimento por parte dos conselhos da sua importância enquanto controle social.
- (e) A não renovação dos quadros dos conselhos e das entidades representativa.
- (f) Não existe um trabalho intersetorial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento dos Conselhos Municipais como canais democráticos de participação popular permitem estabelecer uma sociedade onde a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade.

No modo Petista de Governar está presente à importância dos Conselhos espaço de deliberação pública sem passar por partidos, são espaços paraestatais e que quanto mais plural, melhor e quantos mais conselhos, mais oportunidades para a participação da sociedade na Gestão de Políticas Públicas.

O Partido dos Trabalhadores tem investido na participação popular através de vários instrumentos: Conferências, Fóruns, Audiências Públicas, Órgãos de Controle Interno para combater o estigma da corrupção, uma das medidas mais importantes para mim foi a liberação de recursos para determinados setores só através da criação dos Conselhos Municipais, sem o qual não se libera nada, é um incentivo a participação popular, é um mecanismo que leva os gestores forçosamente a criar, mesmo que muitas vezes se maquie essa democracia participativa. Plano Diretor, Orçamento Participativo, PPA convocando a sociedade a contribuir na discussão, a dividir responsabilidades, acabar com a apatia política, em fim conhecer os meandros da política. Na minha experiência criamos a Secretaria de Direitos Humanos, fizemos a 1ª Conferência da Juventude, Da Mulher, da Criança e do Adolescente, fizemos uma parceria com a AGENHDA/CHESF para curso de formação do conselho da mulher, criamos o Conselho e tivemos uma série de dificuldades por falta de inserção na comunidade, poucas associações e ainda a questão do percentual por parte da Gestão, mudamos um pouco no sentido de que só a Secretária podia ser a presidente do Conselho conseguimos inverter essa cultura. A falta de continuidade do trabalho por conta do novo gestor estagnou o Conselho, espero com esse trabalho dar uma provocada e uma injetada de otimismo, também precisamos investir em quadros para formação política dentro do partido e que possa fazer trabalho popular, estar presente junto às entidades, criando, organizando e apontando para a necessidade da participação na elaboração e tomada de decisão. Vale salientar que após a Conferência de Juventude conseguimos criar a Secretaria de Juventude e o estatuto, embora num governo de coalizão, perdida as eleições não se houve falar mais, ficamos a parte e não é bom, precisamos imediatamente atuar na comunidade, a princípio com a pesquisa, na elaboração desse trabalho.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
ALUNA (ENTREVISTADORA): GIZELDA MARIA DA SILVA
TUTORA: MILENA SENNE RANZINE

Informações para o (a) participante voluntário (a) do Conselho Municipal de Educação de Piranhas /AL:

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa sobre **CONTROLE SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PIRANHAS/AL**. Caso você concorde em participar, leia com atenção os seguintes pontos: a) sua identidade será mantida em sigilo; b) caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar a gestão do conselho.

QUESTIONÁRIO

1- Qual o seu sexo:

Masculino Feminino

2 - Estado Civil:

Solteiro Casado Outros

3- Grau de Escolaridade:

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo

Superior Incompleto Superior Completo

Especialização Lato Sensu Stricto Sensu Mestrado outros

4- Área de Formação dos Conselheiros: _____

5- Situação Ocupacional:

Empregado Desempregado Outros

6- A vida funcional dificulta a sua participação no Conselho?

17- Os Conselheiros dão retorno aos segmentos que representam das ações realizadas?

Sim Não

18- A comunidade toma conhecimento das ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Educação?

Sim Não

19- Que meios de comunicação são utilizados pelo Conselho para informar a comunidade:

Jornal Informativo Rádio Internet Outros

20- O Conselho Municipal de Educação de Piranhas assegura a participação da comunidade na definição de Diretrizes da Educação do Município?

Sim Não

21- O Conselho oferece outras formas de participação popular tipo:

Reuniões Conferências Seminários

22- Há participação efetiva no diagnóstico e na deliberação de medidas para aperfeiçoar o Sistema de Educação Municipal?

Sim Não

23- Há um efetivo acompanhamento do Conselho Municipal de Educação junto às administrações escolares?

Sim Não

24- O Conselho toma conhecimento anualmente do Relatório de Desempenho das Unidades de Ensino Municipal?

Sim Não

25- O Conselho Municipal de Educação participa das reuniões dos Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino?

Sim Não

26- Quantas unidades escolares possui o Município de Piranhas? -

Total Não tenho conhecimento

27- O Conselho participa da construção do Projeto Pedagógico Escolar?

ANEXOS

Sim Não

28- Há um trabalho de intersetorial entre os Conselhos de Merenda Escolar, Conselhos Escolares e o Conselho Municipal de Educação a fim de uma fiscalização ou controle efetivo da merenda escolar e outros materiais de apoio?

Sim Não

29- Em sua opinião, a comunicação interna dos Conselheiros é:

Boa Média Ruim Não existe

30- Você acredita que a comunicação facilita o desempenho e incentiva a participação dos conselheiros?

Sim Não

31- O Gestor oferece condições efetivas de funcionamento, para o bom desempenho do Conselho, quanto a:

Transporte Sede Material de apoio Divulgação Mobilização Outras

33- A mudança de gestão atrapalha a continuidade dos trabalhos dos conselheiros?

Sim Não

34- Como melhorar a participação popular?

35- Que entraves por parte dos Gestores impedem uma melhor atuação do Conselho?

7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

Cabral, Judson. **Cartilha Fiscalizar e Propor nº 5**. Edição Políticas Públicas e Controle Social. Maceió, 2009.

CGU - Controladoria-Geral da União. Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/carta-servicos-cidadao/programa-olho-vivo.asp>>. Acesso em: 15 outubro 2013.

FUNDAÇÃO ESCOLA E SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO. São Paulo. Homepe. Disponível em: <<http://www.fespsp.org.br>>Acesso em:18 maio.2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos*. Rio de Janeiro, Campinas-SP: Ed. Paz. E Terra, Unicamp, 2002.